



Acta Scientiarum. Language and Culture

ISSN: 1983-4675

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

de Souza, Renata Adriana

O exercício do poder e a exclusão de indivíduos e de línguas da sociedade brasileira

Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 30, núm. 2, 2008, pp. 225-231

Universidade Estadual de Maringá

.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426640012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O exercício do poder e a exclusão de indivíduos e de línguas da sociedade brasileira

Renata Adriana de Souza

*Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.
E-mail: renatauem@yahoo.com.br*

RESUMO. Neste artigo abordaremos o modo como a implantação do bilinguismo, em meados da década de 1970, consistiu em um mecanismo de poder que buscou domesticar a diferença linguística existente entre os povos indígenas do Brasil, por meio da implantação do português. Os pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) contribuíram para verificarmos as condições de produção e o contexto sócio-histórico em que o ensino bilíngue foi implantado. Junto a essa teoria temos, também, os estudos de Foucault (2005) que problematizam o modo como o poder se espalha por todas as instâncias da sociedade, excluindo determinados grupos e os aspectos culturais relacionados a eles, e os de Honório (2006) que discutem a implantação do bilinguismo no Brasil. É no cruzamento entre essas teorias que buscamos refletir sobre a problemática referente à implantação do bilinguismo, trazendo, como exemplo ilustrativo, um levantamento da situação linguística de um grupo de Kaingang.

Palavras-chave: bilinguismo, biopoder, sociedades indígenas.

ABSTRACT. *Power politics and the exclusion of individuals and languages in Brazilian society.* Current essay analyzes the introduction of bilingualism in the mid-1970s as a strategy of power politics to domesticate linguistic differences among the indigenous peoples of Brazil. Discourse Analysis's theoretical presuppositions verify the production conditions and the social and historical context in which bilingual learning was introduced and established. Coupled to the above, Foucault's studies problematize the manner power spreads throughout society with the exclusion of certain groups and cultural aspects linked to them. Further, Honório (2006) investigates the introduction of bilingualism in Brazil. Issues on the problem of the introduction of bilingualism have been produced through the intercrossing of the above-mentioned theories with special reference to the linguistic situation of a Kaingang indigenous community.

Key words: bilingualism, power, indigenous societies.

Introdução

A exclusão social no Brasil é considerada por autores como Vêras (2002) como algo que se faz presente em nossa sociedade desde que os portugueses aqui desembarcaram, ou seja, em todos os períodos da história brasileira, a partir da colonização, houve processos excludentes.

Para abordar um aspecto referente à problemática da exclusão em nosso país, estamos considerando-a, a partir do ponto de vista de Skliar (2003), como uma norma estabelecida para proibir a inclusão de indivíduos e de grupos em uma sociedade sociopolítica. Um processo histórico em que uma cultura, mediante um discurso de verdade, cria a interdição e a rejeita.

Um processo cultural, e não uma propriedade do sujeito; a criação de uma norma que proíbe, e não um atributo objetivo do sujeito; um discurso de verdade, e não uma fronteira explícita; a interdição

do outro, e não seu isolamento voluntário: o termo exclusão, que foi naturalmente localizado no espaço individual do outro, parece deslizar-se na direção de uma dinâmica de relações sociais, culturais, políticas, linguísticas etc. que enfatizam a ação até o sujeito, e não sua própria essência, seus atributos ou sua falta de atributos, sua responsabilidade ou sua irresponsabilidade (Skliar, 2003, p. 91).

Diante disso, o autor expõe algumas considerações a respeito dos discursos de verdade que legitimam a exclusão social, que lhe dão corpo, valor e validade em um determinado momento da história. Trata-se de uma interdição cultural. Nesta conjuntura, poderíamos dizer que a exclusão é algo da cultura, ou melhor, de um fragmento pontual dela com um significado que não é natural, mas foi naturalizado. A exclusão é um mecanismo de poder centralizador que consiste em proibir pertencimentos e atributos aos outros.

Nesse poder centralizador esteve pautada toda a organização do mundo, isto é, todas as representações espaciais e temporais mantiveram-se pautadas na relação exclusão/inclusão. Existem e sempre existiram indivíduos fora do mapa (o outro excluído) e indivíduos dentro do mapa (o outro incluído). Ambos foram/são determinados a partir de condições de produção, contextos sócio-históricos, específicos.

Uma das formas de a exclusão se manifestar é por meio do colonialismo. Este impõe aos outros, colonizados, uma espécie de lei do mesmo ao excluir toda diferença.

Essa mesmidade que persegue qualquer tipo de alteridade consiste em uma sombra que se dissemina por todos os lados, inclusive no que se refere à própria língua, uma sombra linguística:

Toda cultura se institui pela imposição unilateral de alguma política da língua. A dominação, é sabido, começa pelo poder de nomear, de impor e de legitimar os apelativos [...] Esta intimação soberana pode ser aberta, legal, armada ou então solapada, dissimulada após os álibis do humanismo universal e às vezes da hospitalidade mais generosa. Sempre segue ou precede a cultura, como sua sombra (Derrida *apud* Skliar, 2003, p. 104).

O poder exercido pela espacialidade colonial possui um duplo mecanismo diferenciador: por um lado, a ilusão de reconhecer as diferenças do outro e de fazê-lo em sua aparência mais externa, na mímica de um diferencialismo racial, linguístico, histórico, cultural etc.; por outro, o de repudiar essas mesmas diferenças, dissimulá-las, mascará-las, desativá-las até convertê-las em puro exotismo, em pura alteridade de fora.

Segundo Skliar (2003), essa espacialidade colonial deve ser considerada como totalitária ou totalizadora. Trata-se de um conjunto heterogêneo de práticas, discursos e interesses, cujo objetivo mais evidente é instaurar um sistema de domínio. No entanto, este último deve ser considerado como algo perpétuo, em sua diversificação em subespaços, da efetivação de estratégias cada vez mais disseminadas e mais microscópicas de saber e de poder sobre o outro.

Nesta perspectiva, mitologizar o outro. Fixá-lo no espaço outro de nós mesmos. Traduzi-lo para nossa língua, para nossa gramática. Despojá-lo de sua língua. Deixá-lo parecido, mas nunca idêntico ao mesmo. Negar sua disseminação, sua pluralidade inominável, sua multiplicidade. E designá-lo, inventá-lo, fixá-lo, para apagá-lo (massacrá-lo) e para fazê-lo reaparecer cada vez, em cada lugar que (nos) seja necessário.

Essa tradução nega a pluralidade das línguas, a

estranheza das línguas, a confusão babélica e a dispersão das línguas. Tradução que corrige permanentemente o outro, que o normaliza na própria (e única) língua do tradutor, que paralisa toda multiplicidade, tradução que evita toda disseminação.

Falar sobre colonialismo parece algo extremamente obsoleto em nossa contemporaneidade, tendo em vista a propagação, em todo o tecido social, do que se denominou multiculturalismo. Este termo tem sido utilizado para tentar caracterizar o espaço do outro na linguagem, nas práticas discursivas que parecem ser compartilhadas em torno da idéia do encontro cultural, da convivência, da peregrinação entre os diferentes povos, raças, da passagem pelas culturas, do intercâmbio simbólico.

Entretanto, por meio da idéia do multiculturalmente outro subjaz um travestismo discursivo que deixa transparecer um conjunto bizarro, apenas politicamente correto, acentuadamente capitalista e, inclusive, marcadamente benigno nas definições, na invenção e na produção desse outro multicultural.

Bizarro, pela redução da questão multicultural aos seus aspectos mais exóticos: televisionamento das reivindicações e dos conflitos beligerantes entre diferentes grupos sociais, exotismo de alguns processos judiciais absurdos e pouco frequentes, simbologia periférica relacionada aos protestos de rua, folclorização das resistências mundiais, quantificação perversa das assimetrias raciais, sexuais etc.

Politicamente correto, enquanto estratégia discursiva de assimilação do outro, enquanto assunção de eufemismos para denominá-los.

E benigno como expressão de uma posição branda e suave, que não exige nem exige gravidade na descrição, na caracterização e na explicação das diferenças.

Gramática multicultural. Pluralização do eu mesmo, do outro e do outro. Ação de afirmação do outro. Enunciação ligeira da identidade e da diferença do outro. O outro bizarro, exótico. A mesmidade benigna. Uma espacialidade politicamente correta. A coexistência cultural híbrida e (hipoteticamente) traduzível (Skliar, 2003, p. 125).

O multiculturalismo, tratado da maneira exposta anteriormente, pouco tem feito enquanto prática de inclusão, de valorização da cultura do outro em nossa sociedade.

A situação brasileira referente à prática colonial imposta às comunidades indígenas, com o intuito dominá-las, está muito bem marcada, pontuada nas considerações de Skliar (2003) expostas anteriormente, tendo em vista o fato de ter ocorrido

por meio da imposição da língua.

No entanto, esse fato não ocorreu de modo linear. Inicialmente, durante os primeiros anos da colonização, houve a instituição de uma língua imaginária. Por línguas imaginárias entendem-se aquelas que se caracterizam como línguas sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas.

Segundo Orlandi e Souza (1988), é uma sistematização que faz com que as línguas percam a fluidez e se fixem como imaginárias. Estas línguas imaginárias foram instituídas, primeiramente, por missionários que estudavam (e estudam) a língua com objetivo religioso durante os primeiros anos da colonização no Brasil. Nesse período, as línguas faladas por grupos Tupi passaram a ser representadas por uma grande unidade imaginária, o Tupi jesuítico. O tupi que a primeira exposição dos europeus nos forneceu, não é exatamente aquele que os indígenas falavam. Foi feita uma sistematização simplificada para proceder à propaganda religiosa dentro do ambiente indígena. Criava-se, assim, uma gramática e, ao mesmo tempo, uma língua simplificada. A isto Mattoso Câmara *apud* Orlandi e Souza, (1988) chama disciplinação da língua tupi, realizada com o objetivo, consciente ou inconsciente, de não apenas estudar, mas aperfeiçoar a língua indígena, em direção ao ideal de gramática ocidental, evidentemente. A língua imaginária é o oposto da língua fluída que escapa dos sistemas e fórmulas.

Em seguida, quase dois séculos e meio depois, ocorreu a implantação permanente do português como língua oficial do Brasil, por meio do decreto instituído pelo Marquês de Pombal que proibiu o ensino de qualquer idioma indígena na colônia. Isto ocorreu por terem sido descobertas minas de ouro no país.

Nesses dois momentos, temos a imposição de determinada língua entre os povos indígenas brasileiros; no entanto, a partir do decreto pombalino, o português foi regulamentado e passou-se a proibir qualquer diferença linguística. O poder exercido sobre as comunidades indígenas ganhou outra abrangência, tendo em vista interesses comerciais.

Todas essas práticas coloniais contribuíram com a redução de mais de 80% das línguas indígenas que aqui existiam. Ou seja, quando os portugueses aqui chegaram, existiam mais de 1.000 línguas indígenas em nosso território. Atualmente, estima-se cerca de 170 línguas.

Podemos dizer que o colonialismo não cessou após o período colonial, ele encontrou outra forma de se manifestar em meados de 1970, em outro

contexto sócio-histórico. Esta nova maneira de o poder se instalar nas etnias indígenas se deu com a implantação oficial do ensino bilíngue, pois tal fato contribuiu com a redução de falantes dessas línguas.

Nosso objetivo neste trabalho é descrever e produzir a compreensão/interpretação dos processos históricos que permitiram a implantação do bilinguismo em nosso país e mostrar que este processo consistiu em um mecanismo de poder e exclusão social que acarretou sérias consequências à população indígena em vários aspectos, dentre eles à situação linguística dessas comunidades. Para isso, buscaremos subsídios em alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa, principalmente no que se refere às condições de produção discursivas que possibilitaram a instituição do bilinguismo enquanto prática colonial.

Análise de discurso, condições de produção e bilinguismo

A Análise de Discurso (AD) é uma área de conhecimento designada como campo de entremeios, em que se intrincam questões relacionadas à língua, à história e ao sujeito. Tudo isso buscando compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e de sua história:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (Orlandi, 2003, p. 15).

Assim, a AD trabalha com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nessa conjuntura, a AD aborda a linguagem relacionada à exterioridade, ou seja, os sujeitos que falam as situações em que se produz o dizer, o homem inserido em sua história.

Tendo em vista que o sentido nesta disciplina é determinado na junção entre língua e história, a AD considera o contexto sócio-histórico, isto é, as condições de produção históricas que possibilitaram a circulação de determinados discursos. Neste trabalho, gostaríamos de analisar as condições de produção que contribuíram com a implantação do ensino bilíngue no Brasil.

A implantação oficial do bilinguismo entre os

povos indígenas se deu a partir da década de 1970, em várias regiões do país, pelo trabalho do SIL – Summer Institute of Linguistics, em convênio com a Funai e algumas universidades brasileiras.

Podemos dizer que as condições de produção, o contexto sócio-histórico que possibilitou a implantação do bilinguismo ocorreu por meio de um conjunto de processos denominados por Foucault (2005) de biopolítica, política realizada sobre a vida de indivíduos em sociedade que, por sua vez, é composta por uma série de biopoderes.

A biopolítica, segundo Foucault (2005), surgiu no final do século XVIII com o objetivo de tratar do problema da fecundidade e da morbidade, bem como de doenças reinantes em uma população e relativamente difíceis de extirpar. Aquelas consideradas como fatores permanentes e tratadas como subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não-realizada quanto dos custos dos tratamentos. A doença como fenômeno de população, como morte permanente, como algo que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece. Portanto, problemas de reprodução, natalidade, morbidade etc. Assim, a biopolítica vai extrair seu saber e definir seu poder a partir dessas problemáticas e os efeitos das mesmas no meio geográfico, climático, hidrográfico, enfim, do problema da cidade.

A partir disso, a biopolítica procurará intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, naquilo que eles têm de global. Baixar a morbidade, encompridar a vida, estimular a natalidade. Trata-se, sobretudo, de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, poderão fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações. Ou seja, levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e assegurar sobre eles uma regulamentação. Esta regulamentação ocorre por meio de mecanismos de Biopoder, que terão por objetivo fazer viver.

Torna-se importante salientar que a biopolítica não se refere à disciplina. Esta é centrada no corpo, manipula-o como foco de forças que é preciso tornar útil e dócil ao mesmo tempo. A biopolítica é centrada na vida, é uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprias de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva, isto é, ela visa à segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos.

Há, ainda, um elemento que circula entre essas

duas tecnologias, que se aplica da mesma maneira ao corpo e à população, que permite ao mesmo tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica; este elemento que circula entre um e outro é a norma:

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (Foucault, 2005, p. 302).

Nessa perspectiva, a biopolítica, por meio de seus mecanismos de biopoder, incumbiu-se da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população.

Entretanto, o mesmo poder que se incumbiu da vida pode exercer a função de morte. Esta última entendida não apenas como o assassinio direto, mas com tudo que pode ser relacionado a um assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.

O direito de morte que pode ser exercido por determinado mecanismo de biopoder só é possível por meio do racismo, que vai estabelecer a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como superiores e outras como inferiores. O racismo fragmentou o campo biológico. A partir desse fato, torna-se possível abolir, eliminar as raças ruins pelo biopoder.

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2005, p. 306).

Ao discurso de poder que estabelece o racismo, Foucault (2005) expôs um vínculo com a teoria biológica do século XIX, o evolucionismo. Segundo o autor, não tanto a própria teoria de Darwin quanto ao conjunto, o pacote de suas noções, ou seja, hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados, mas considerações a respeito das relações de colonização. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado a pensá-los.

A partir desses discursos que estabelecem a hierarquia das espécies, é possível pensar as relações de colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes etc. Em

suma, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, foi na forma de evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-lo.

Nas sociedades modernas, os temas do evolucionismo, mediante o racismo, irrompem em inúmeros pontos privilegiados referentes ao direito de morte requerido. Isto é, o racismo vai desenvolver-se com a colonização, com o genocídio colonizador.

Bilinguismo e biopoder

A situação das comunidades indígenas no Brasil, desde a chegada dos portugueses, tem sido de exclusão, exploração, culminando no massacre da maioria das etnias que existiam e das línguas por elas faladas. Este quadro não foi muito modificado com o passar dos tempos, essas comunidades continuam sendo negadas, apagadas, no interior de nossa sociedade. A respeito da exclusão dos indígenas da sociedade brasileira, podemos expor a seguinte citação:

O índio é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado.

Este processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência que ela reserva, é um dos mais eficazes. 'Os portugueses descobriram o Brasil'. Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra. 'Havia' selvagens arredios que faziam parte da terra e que, 'descobertos', foram o objeto da catequese. São, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico 'transparente': não constam. Há uma ruptura histórica pela qual se passa do índio para o brasileiro através de um 'salto' (Orlandi *apud* Dias, 1996, p. 74).

Por meio dessas palavras, percebemos que os indígenas foram apagados de nossa cultura nacional, à medida que lhes proporcionaram uma expulsão da história do Brasil. Ao expor que no Brasil "havia selvagens arredios", esse trecho traz o imaginário social da colonização que considera o selvagem o lugar da inferioridade. Tal imaginário estabelece a hierarquia das raças em nosso território nacional, o branco colonizador superior ao selvagem colonizado. O selvagem é, nesta perspectiva, considerado a diferença incapaz de se constituir em alteridade. Não é o outro porque não é sequer plenamente humano. A esse respeito, Santos (2006, p. 112) expôs o seguinte relato sobre o modo como

os indígenas eram caracterizados:

[...] verdadeiros seres inumanos, bestas da floresta incapazes de compreender a fé católica [...], esqueléticos selvagens, ferozes e vis, parecendo-se mais animais selvagens em tudo menos na forma humana [...].

Percebemos que a hierarquia das raças, que considera os indígenas inferiores, existe no Brasil desde o início da colonização. Entretanto, mesmo após a proclamação de nossa independência de Portugal, esse tipo de racismo continuou presente. Foi neste contexto que se instituiu o biopoder sobre essas populações, o qual continuou fomentando o racismo no que se refere a elas. E este racismo se estendeu a toda a cultura dessas etnias, inclusive em relação à linguagem.

Podemos dizer que uma das formas de este racismo se manifestar foi por meio da imposição do ensino bilíngue em terras indígenas, pelo fato de ter se constituído como uma norma, uma imposição, um modo de regulação nas bases da língua do colonizador.

A hierarquia das raças que situa as etnias indígenas em um lugar abaixo do branco colonizador também é aplicada às línguas dessas comunidades, tendo em vista considerá-las inferiores em relação ao português e, desse modo, implantando mecanismos de homogeneização das diferenças. O ensino bilíngue, do modo como ocorreu no Brasil, foi um modo de instituição da hierarquia do branco e de sua língua ao indígena.

A respeito da maneira como o bilinguismo foi implantado, Honório (2006) expõe que se deu por meio de um bilinguismo de transição ou bilinguismo de substituição, trabalhados na base de uma exogramatização, ou seja, uma transferência linguística. Neste caso, houve a transferência, a substituição de determinadas línguas indígenas para a língua portuguesa. O bilinguismo, trabalhado nas bases da exogramatização, contribuiu com a redução de falantes das línguas indígenas de modo geral. A exogramatização é a manifestação na linguagem de uma exotransferência, transferência cultural ampla, responsável por deslocar sentidos fixados culturalmente.

Desse modo, o ensino bilíngue, imposto pela política integracionista do Estado, que visava integrar os povos indígenas à sociedade nacional, resultou no silenciamento de diversas práticas linguístico-culturais indígenas e na redução do número de falantes em língua indígena:

Digo silenciamento, e não desaparecimento, porque essa diversidade vem se manifestando através de

práticas discursivas não interpretadas ou legitimadas da perspectiva do Estado (Honório, 2006, p. 70).

Podemos dizer, diante das questões expostas anteriormente, que o bilinguismo implantado nas comunidades indígenas ocorreu no interior das condições de produção, no contexto sócio-histórico e ideológico do biopoder, tendo em vista ter sido este um mecanismo de poder implantado sobre um aspecto da vida dessas comunidades. A partir da força desse mecanismo, houve redução das línguas e dos falantes. Nessa perspectiva, podemos considerar que houve racismo contra essas comunidades e suas culturas, haja vista ter sido propagada a soberania da língua portuguesa e de seus falantes, buscando excluir as línguas indígenas.

A fim de exemplificar brevemente essa questão, a partir de dados que demonstram que houve redução de falantes, trazemos para nossa discussão um quadro apresentado por Honório (2006) e que comprova nossa afirmação. Os números que serão mostrados referem-se ao Questionário Sócio-educacional¹ preenchido por candidatos Kaingang que fizeram o Vestibular Específico Interinstitucional para Povos Indígenas no Paraná. Os questionários utilizados pela autora, com o objetivo de estudar e analisar a problemática do bilinguismo, são referentes ao ano de 2005, e se fazem presentes no texto aqui já citado.

Pela Tabela 1, dos 52 Kaingang do Paraná que responderam ao questionário, cerca de 62% (32 deles) afirmam ter aprendido a língua indígena como primeira língua; deste grupo, 78% (25 deles) a falam fluentemente. Desse modo, cerca de 20% daqueles que afirmam ter aprendido o Kaingang como primeira língua já não o falam mais. No que se refere ao Kaingang do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dos 16 que disseram ter aprendido o Kaingang como primeira língua, somente nove (44%) o falam fluentemente. Resumindo: dos Kaingang do Paraná que responderam ao questionário, 48% deles afirmam falar fluentemente a língua indígena; na região do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cerca de 35% demonstram ter este perfil.

Podemos atestar que a redução do número de falantes Kaingang, com base no levantamento feito por Honório (2006), é bastante considerável, haja vista que, dos candidatos que responderam ao questionário, menos da metade declarou falar fluentemente a língua indígena. Se o número de falantes continuar a diminuir, sem práticas voltadas a sua preservação, essa língua, a médio e longo prazos,

estará ameaçada a desaparecer, assim como tantas outras (mais de 80%) desde o início da colonização.

Tabela 1. Situação de Bilinguismo dos Kaingang que responderam ao questionário.

Kaingang por Estado	Nº de Kaingang que respondeu ao questionário	Nº de K que afirma ter aprendido LK como 1ª língua	Nº de K que afirma falar fluentemente a LK
Kaingang PR	52	32	25
Kaingang RS e SC	26	16	09
Total Kaingang	78	48	34

Fonte: Honório (2006, p. 74).

Tendo em vista as considerações aqui levantadas, o bilinguismo faz retornar a nossa memória o decreto instituído pelo Marquês de Pombal que determinou o ensino da língua portuguesa no Brasil e a proibição do ensino de línguas indígenas. Entretanto, a diferença consiste em que, em 1757, ano em que esse fato ocorreu, o Brasil era colônia de Portugal e tal política foi uma imposição da coroa para dominar as comunidades indígenas, visto que foram descobertas minas de ouro em nosso país. O bilinguismo, por outro lado, não possuiu interesses comerciais, consistiu em uma forma de racismo, desestoricizando as línguas indígenas pelo processo de exogratização, transferência linguística.

Conclusão

Neste artigo, buscamos mostrar que, do modo como ocorreu no Brasil, o bilinguismo consistiu em um mecanismo de biopoder implantado sobre as línguas indígenas, que resultou na diminuição do número de falantes destas últimas. Tal mecanismo, que consistiu em um modo de regulação nas bases da língua do colonizador, buscou domesticar a diferença linguística e, sob o rótulo de inclusão social, contribuiu significativamente com a redução dos falantes das línguas indígenas de modo geral e, especificamente, como expusemos, com a redução de falantes Kaingang. Esta afirmação torna-se possível ao considerarmos os estudantes que responderam ao questionário referente ao Vestibular Específico Interinstitucional para Povos Indígenas no Paraná, do ano de 2005.

Nessa conjuntura, podemos dizer que o bilinguismo, enquanto forma de biopoder, ao mesmo tempo que foi implantado como regulação nas bases da língua do colonizador, também estabeleceu uma hierarquia das raças, tendo em vista ter sido proclamada e instituída a supremacia da língua portuguesa sobre a língua indígena; por isso, esta sofreu uma exotransferência, uma transferência cultural para aquela. Fato este que pode ser comprovado a partir da situação Kaingang, como

¹ Este questionário é requisito obrigatório àqueles que queiram realizar o Vestibular Indígena no Paraná.

exposta neste artigo, ou ainda se for realizado um levantamento em outras etnias indígenas nas quais tenha sido implantado o bilinguismo; provavelmente, em grande parte delas, a situação será parecida, ou pior.

Com isso, podemos dizer que as sociedades indígenas sempre foram, desde o início da colonização, consideradas inferiores em nossa sociedade. Desse modo, elas têm enfrentado uma forma do racismo brasileiro que não só as exclui da história oficial e da sociedade, mas também tenta acabar com um importante aspecto cultural, suas línguas.

Referências

- DIAS, L.F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HONÓRIO, M.A. Bilingüismo e resistência no contexto indígena: a língua portuguesa em questão. In: OLIVEIRA, S.E.; SANTOS, J.F. (Org.). *Mosaico de linguagens*.

Campinas: Pontes, 2006. p. 67-77.

ORLANDI, E.P.; SOUZA, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E.P. (Org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988. p. 27-40.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

SANTOS, B.S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VÉRAS, M.P.B. Exclusão social: um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 27-50.

Received on November 28, 2007.

Accepted on August 12, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.